



História Unisinos

E-ISSN: 2236-1782

efleck@unisinos.br

Universidade do Vale do Rio dos Sinos  
Brasil

Barbosa Lopes, Máine

“Una página de historia eterna”: a nação narrada pela Comisión Nacional de Museos y de  
Monumentos y Lugares Históricos

História Unisinos, vol. 19, núm. 2, mayo-agosto, 2015, pp. 174-182

Universidade do Vale do Rio dos Sinos  
São Leopoldo, Brasil

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=579866786006>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

## “Una página de historia eterna”: a nação narrada pela *Comisión Nacional de Museos y de Monumentos y Lugares Históricos*

“Una página de historia eterna”: The nation narrated by the *Comisión Nacional de Museos y de Monumentos y Lugares Históricos*

Maíne Barbosa Lopes<sup>1</sup>

mainelopes@yahoo.com.br

---

**Resumo:** O artigo analisa como a história da nação argentina foi narrada pela *Comisión Nacional de Museos y de Monumentos y Lugares Históricos* (1938-1943). Além de defender e conservar o patrimônio histórico e artístico do país, a instituição (criada em 1938) também realizou diversas atividades voltadas para a divulgação da história nacional, como a colocação de placas comemorativas em lugares históricos, a distribuição de cartões com imagens de monumentos e a criação de museus. Com base nos discursos pronunciados durante essas atividades, verificamos que determinados fatos e personagens do passado foram privilegiados pelos membros da *Comisión*, especialmente aqueles relacionados com a independência do país e com a consolidação da república argentina. A narrativa apresentada pela instituição, assim, parece ter atendido às necessidades de construção da nação, representando-a em suas vitórias e unidade.

**Palavras-chave:** nação, Argentina, história, narrativas, historiografia.

**Abstract:** The article analyzes how the Argentinian nation's history was narrated by the *Comisión Nacional de Museos y de Monumentos y Lugares Históricos* (1938-1943). Besides defending and preserving the historic and artistic heritage, the institution (created in 1938) also carried out several activities aimed towards the disclosure of national history, such as the placing commemorative signs in historic places, distribution of cards displaying images of monuments and creation of museums. Based on speeches held during these activities, we have found that certain facts and characters from the past were privileged by the members of the *Comisión*, especially those related to the country's independence and the consolidation of the Argentinian republic. The narrative introduced by the institution seems to have been at the service of nation-building needs, representing the latter in its victories and unity.

**Keywords:** nation, Argentina, history, narratives, historiography.

---

<sup>1</sup> Doutoranda em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Mestre e graduada em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

Na Argentina do final da década de 1930, alguns historiadores e pessoas interessadas pelo passado nacional se empenharam na tarefa de defender e conservar o patrimônio histórico e artístico do país, desenvolvendo também uma série de ações para a divulgação destes lugares e monumentos que consideravam imprescindíveis e que, segundo eles, “enriquecen la tradición de un pueblo y definen su personalidad moral” (CNMMYLH, 1939, p. 10). Assim, foi determinada a criação de um novo organismo, dependente do Ministério da Justiça e Instrução Pública, denominado *Comisión Nacional de Museos y de Monumentos y Lugares Históricos* (CNMMYLH) e que deu início às suas atividades em meados de 1938. O professor de Direito, Sociologia e História das *Universidad de Buenos Aires* (UBA) e *Universidad Nacional de La Plata* (UNLP), Dr. Ricardo Levene, foi nomeado Presidente da *Comisión*, sendo esta composta ainda por um secretário e outros dez porta-vozes – boa parte deles vinculados à *Academia Nacional de la Historia*.

Este trabalho se propõe a estudar como a nação argentina foi narrada pela CNMMYLH, levando em consideração as escolhas e ações de seus membros. Em diferentes atividades desenvolvidas pelo organismo, determinados momentos e personagens da história nacional foram trazidos à tona e comemorados através de homenagens, discursos públicos ou atos de valorização de um determinado lugar histórico. Em outras palavras, interessa-nos analisar quais imagens do passado foram privilegiadas pelas ações da *Comisión* durante os primeiros anos de seu funcionamento. Discorrendo sobre as imagens, representações ou evocações do passado em que se sustenta a identidade coletiva nacional, Cattaruzza (2007) considera que a instalação de um monumento ou a imposição de um feriado, as mobilizações de um partido para homenagear seus heróis, a exposição de argumentos mais formalizados de um historiador e mesmo as discussões que decorrem destas ações fazem parte da construção da nação. Assim, entendemos que os Estados – através de diferentes setores ou grupos que os integram – produzem determinadas narrativas sobre o seu passado, pelas quais certos fatos da história são eleitos e/ou ressignificados na tentativa de retornar a glórias passadas, de avançar ainda mais em direção à modernidade (Hall, 2006) ou mesmo de legitimar o poder estabelecido.

Estudando esse contexto no qual se insere o trabalho da CNMMYLH, percebemos ser em torno às comemorações do centenário da independência do país que as matrizes de interpretação do passado nacional são definidas. Conforme Santos (2011), até o início do século

XX as tentativas de narrar a história da nação na Argentina passavam por problemas. Predominava, então, uma perspectiva tradicional do passado, em que “a formação histórica local não havia desenvolvido condições para a edificação da desejada unidade nacional” (Santos, 2011, p. 117), logo só poderia oferecer mais um relato desse insucesso<sup>2</sup>. Somente com o fortalecimento progressivo do Estado argentino, nas primeiras décadas do século XX, é que se investiu em uma nova interpretação do passado nacional, pautada por categorias de origem romântica como “povo” e “espírito”. Com o crescimento econômico e o fim dos conflitos regionais, surgem novos temas no debate acerca da unidade nacional, incluindo a revalorização do papel do interior na formação do caráter argentino, uma preocupação com a língua e com as tradições do país que estariam sendo ameaçadas pela presença massiva de imigrantes nas áreas urbanas, e a crítica ao centralismo de Buenos Aires (Santos, 2011).

Assim, a disciplina histórica passava a ser incluída no mecanismo de nacionalização e na pedagogia patriótica. De diferentes lugares, reivindicava-se uma reescrita da história pátria capaz de satisfazer as expectativas de seu poder de coesão e que superasse a historiografia precedente (Pagano e Devoto, 2009, p. 143). Para Blasco (2007), as iniciativas que se formaram em torno às comemorações do centenário da independência do país foram decisivas na configuração da memória histórica “nacional”. Segundo a autora, foi a partir da publicação de *La Restauración Nacionalista* (1909), de Ricardo Rojas, que se divulgou a experiência museográfica realizada nos Estados Unidos e Europa a serviço da educação nacional e a disseminação de estátuas dos heróis da pátria, permitindo que os historiadores delineassem uma nova agenda de problemas. As lutas pela independência deveriam receber maior espaço nos currículos da educação básica por ser o momento decisivo de revelação da nação. Para tanto, a historiografia precisava passar por uma revisão.

O trabalho desempenhado pela CNMMYLH, de valorização de determinados lugares históricos e de divulgação da “história pátria”, parece seguir este caminho traçado ainda no período do centenário da independência. Foi naquele clima comum de ideias, marcado pela questão social, a questão nacional e a reflexão intelectual frente às comemorações da chamada “Revolução de Maio” que alguns futuros membros da *Comisión*, como Ricardo Levene e Emilio Ravignani, se vincularam a um movimento de renovação da historiografia, a chamada *Nueva Escuela Histórica* (NEH). Um dos pontos a ser superado procedia do fenômeno sintetizado como “reação antipositivista”, no

<sup>2</sup> Conforme o autor, os letrados da segunda metade do século XIX eram extremamente pessimistas sobre a capacidade das populações platinas, especialmente indígenas e gaúchos. Situados num conflito permanente entre cidade e campo, esses últimos estariam empenhados em rejeitar a influência civilizadora do Ocidente moderno (Santos, 2011).

qual se destacavam as insuficiências do positivismo por não conter elementos capazes de garantir a coesão social nem de proporcionar um relato identitário. Para os intelectuais do reformismo liberal, o relato necessário já não podia ser o de Mitre; as críticas ressaltavam as limitações de sua historiografia erudita e refutavam o otimismo contido em suas obras. Tal renovação teve representação tanto na UNLP quanto na UBA, onde se reivindicava uma metodologia mais “racional” e mais “científica” (Pagano e Devoto, 2009, p. 144).

Na primeira década do século XX, alguns jovens que formavam parte das redes de sociabilidade de seus professores ganharam visibilidade a partir de suas publicações. Rómulo Carbia, por exemplo, ao resenhar a obra *Santiago de Liniers*, de Paul Groussac, criticava sua tendência em realizar juízos infundados e seu entusiasmo exagerado; faltas que também percebia em Mitre. Em 1909, Emilio Ravignani destacava duas premissas a partir das quais deveria reescrever-se a história argentina: a superação do “partidismo” e a devida atenção à crítica documental, a ser presidida pelas tarefas de busca, coleta e edição de documentos. Diego Luis Molinari alertava no mesmo sentido e sublinhava a “errônea interpretação dos acontecimentos, falseada pela ignorância e pelo partidismo” realizada pelos diletantes em história, como Mitre, López e Groussac (Pagano e Devoto, 2009, p. 146-147). A nova versão do passado precisava corrigir essas insuficiências, primando pelo rigor metodológico, além de privilegiar, em suas pesquisas, o período colonial na fase do comércio entre Espanha e América durante o Vice-Reinado do Rio da Prata – período destacado para aqueles que queriam escrever a história da nacionalidade que teria sua origem nos sucessos de 1810 (Pagano e Devoto, 2009, p. 150). Os autores referem-se também às séries de documentos publicados pelos membros da NEH, que representam a tentativa de propiciar subsídios para a história integral e unitária.

A busca por um relato capaz de edificar a unidade nacional e delimitar uma identidade para a nação é, portanto, oriunda das ideias que permearam o imaginário de letrados e intelectuais durante o centenário da revolução de maio. No início da década de 1920, os integrantes da NEH já controlavam os cargos nas carreiras de História e Direito da UNLP e da UBA, bem como no *Instituto Superior del Profesorado*. A presença dos novos historiadores em prestigiosas instituições dedicadas à educação superior levou a uma reorientação das mesmas, assim como também ocorreu na *Junta de Historia y Numismática Americana*<sup>3</sup> (Pagano e Devoto, 2009). Por meio do

trabalho dos historiadores da NEH, mas também de seus discípulos e mesmo nas diferentes vertentes abertas pelo grupo, a discussão sobre a interpretação de diversos aspectos do passado nacional teve continuação nas décadas seguintes. Em 1938, quando da criação da CNMMYLH, os nomeados para desempenharem as funções de salvaguarda e divulgação do patrimônio histórico e artístico nacional foram os mesmos membros da NEH e da *Junta*, então transformada em *Academia Nacional de la Historia*. Conforme Girbal de Blacha (1995), a questão nacional em revisão desde princípios do século XX, a partir de 1930 se identificava com uma interpretação liberal e um nacionalismo que em ocasiões assumiu conotações reacionárias. Os próprios intelectuais da *Junta*, que desempenharam um papel fundamental na construção de mitos unificadores, “pretendían y lograban inculcar esa cultura nacional, de modo mucho más explícito después del Centenario, al ponerse en evidencia los primeros síntomas de deterioro del ‘progreso’ [...] y especialmente con una función imperativa de nacionalismo integrador después de la crisis de 1930” (Girbal de Blacha, 1995, p. 129). Partindo desta breve introdução, que contextualiza as propostas de reinterpretação do passado argentino, buscamos nos centrar, em seguida, na concepção de nação que foi apresentada pela CNMMYLH e nas imagens do passado nacional evocadas pela instituição ao longo de suas atividades.

## Passado comum, unidade nacional e as origens da nação

Na análise do trabalho desenvolvido pela *Comisión* durante seus primeiros anos de funcionamento, verificamos uma diversidade de atividades. Não apenas prédios ou lugares históricos receberam a declaratória de Monumento, mas se realizaram igualmente diversos empreendimentos: restauração de casas históricas, criação de museus, produção e distribuição de retratos de personagens da história do país, colocação de placas comemorativas em casas históricas, construção de monumentos e marcos simbólicos, publicação de cartões-postais com imagens dos museus históricos, entre tantas outras tarefas. Queremos dizer que, além de não se restringirem à mera elaboração do censo de monumentos e lugares históricos nem à sua preservação e conservação, os membros da *Comisión* atuavam igualmente em todos os âmbitos que consideravam próprios para a divulgação da história nacional.

A maioria destas atividades desenvolvidas pela instituição foi marcada por cerimônias ou atos públicos

<sup>3</sup> Nela, as tertúlias protagonizadas por colecionadores e amadores cederam espaço a atividades mais próximas à historiografia, devido à maior presença e trabalho de professores universitários. Não obstante, o elenco originário da NEH teve uma participação bastante desigual na *Junta* (Pagano e Devoto, 2009).

que contavam com a presença de autoridades do governo no âmbito nacional e local, bem como da sociedade civil. Quase sempre, após a execução do Hino Nacional, um dos representantes do organismo ficava encarregado de pronunciar um discurso, referindo-se ao personagem homenageado ou ao fato que estava sendo comemorado. Tais discursos, em nosso trabalho, são considerados fundamentais para estudarmos como a nação foi narrada pela CNMMYLH, e, através deles, podemos perceber os temas que foram mais recorrentes.

Na sessão inaugural que constituiu a CNMMYLH, em maio de 1938, o Ministro da Instrução Pública expressou que o governo compreendia a necessidade de salvaguardar “todo aquello que fuera representativo de nuestro pasado” (CNMMYLH, 1939, p. 185). De forma semelhante, em 8 de julho de 1940, em homenagem ao Congresso de Tucumán, Ricardo Levene ressaltou que a *Comisión* fora “creada para restaurar y defender el patrimonio de glorias de la Nación” (CNMMYLH, 1941, p. 339). Como podemos perceber nessas falas, a “nação” aparece vinculada à ideia de um passado vitorioso em comum, cujos vestígios (bens patrimoniais) deviam ser preservados.

Na sequência do discurso, em ato realizado na Sala do Congresso, Levene deu a entender que essa casa histórica deveria ser considerada um monumento pelas sessões que ali ocorreram no passado e que resultaram na independência da Argentina:

*Esta Sala con la aureola de sus recuerdos históricos y su tono sentido que sólo da el tiempo, tiene la sencillez de un santuario y conserva la emoción y las voces del pasado que sobreviven. Se reunieron aquí, por más de un año, los Congresales de 1816, universitarios, sacerdotes, militares, espíritus representativos de los distintos sectores de Buenos Aires y algunas Provincias, presididos en el mes de julio por el carácter austero de Francisco Laprida y en el momento intenso de la crisis política y de la descomposición social, cimentaron para siempre las bases de nuestra nacionalidad* (CNMMYLH, 1941, p. 339).

Novamente, a ideia de um passado bem-sucedido é apresentada pelo presidente da CNMMYLH, bem como de uma história em comum que sustentaria a nacionalidade argentina. Um claro interesse em contribuir com a elaboração de um relato coeso sobre a nação pode ser percebido em sua fala, a partir do qual todo o cidadão poderia sentir-se membro dela. Em texto célebre sobre a nação, escrito ainda no final do século XIX, Ernest Renan

(2000) procurou mostrar que a “essência de uma nação é que todos os indivíduos tenham muitas coisas em comum”, mesmo que para isso seja necessário também haver “esquecido muitas coisas”. Já naquele momento, Renan atentava para o fato de que, na constituição das nações, diferentes etnias, religiões e línguas precisavam ser amalgamadas em favor da unidade nacional.

Entre os critérios decisivos para a definição de boa parte das nações que surgiram desde o final do século XIX, costumava-se incluir a suposição de uma história compartilhada, de que todos os seus membros tivessem um passado comum. Logo, as discussões em torno do passado se vincularam com as disputas sobre a construção da nação e de uma ordem social e política presente (Cattaruzza, 2007); isto é, no caso da Argentina, os homens do centenário da independência de maio passaram a questionar-se sobre como narrar a história da nação a partir dos interesses e das necessidades de sua época. Estudando as nações e os nacionalismos, Hobsbawm (1990) observou que boa parte da literatura sobre o tema ocupou-se em definir o que caracteriza uma nação, já que não há um critério satisfatório para decidir quais das muitas coletividades humanas poderiam ser chamadas de “nação”. O autor salienta que se tentou estabelecer critérios sobre a existência da nação ou da nacionalidade com base na língua, na etnia, no território, na história comum, nos traços culturais compartilhados, entre outros, mas todas estas definições falharam, uma vez que apenas alguns membros da ampla categoria se ajustam a elas, sempre havendo exceções<sup>4</sup>.

Em outro discurso de Ricardo Levene, durante ato realizado no dia 11 de novembro de 1939 no edifício do Cabildo, a nação é mais uma vez imaginada a partir de recordações em comum:

*El edificio del Cabildo es el monumento civil más valioso de la arquitectura colonial de Buenos Aires. El público le profesa simpatía y respeto al mismo tiempo, asociándolo a la Pirámide que mandó levantar el propio Cabildo en 1811, en el primer aniversario de la Revolución de Mayo, y a la Plaza de la Victoria, así llamada desde 1808, símbolos y escenario de recuerdos comunes y gloriosos de la historia argentina* (CNMMYLH, 1940, p. 89).

Anderson (1993, p. 23) já havia caracterizado as nações como “comunidades políticas imaginadas” porque seus membros jamais poderão conhecer todas as pessoas que fazem parte dela, mas mesmo assim “imaginam” viver

<sup>4</sup> Como alternativa a esses critérios objetivos, Hobsbawm (1990) sugeriu uma definição subjetiva de nação, qual seja, a consciência de pertencer à nação, a vontade de pertencer a uma comunidade. Contudo, adverte que “insistir na consciência ou na escolha como critério da existência das nações” é reduzir a uma única opção os muitos modos que fazem as pessoas se definirem como membros de uma coletividade (1990, p. 17).



em comunhão. É nesse sentido que uma cultura nacional deve ser vista como um discurso, pois ela produz sentidos sobre a “nação” que permitem a nossa identificação e constroem identidades (Hall, 2006). Tal intento de estabelecer um único passado a ser lembrado, uma mesma história compartilhada, visando garantir a unidade nacional e o sentimento de pertencimento à nação, pode ser percebido nas falas dos membros da *Comisión*.

O trecho acima mostra ainda outro aspecto do passado argentino muito enfatizado nas atividades do organismo. O edifício do antigo Cabildo de Buenos Aires, como se sabe, é o símbolo da independência do país. Neste local, pela primeira vez, membros da sociedade bonaerense se rebelaram contra o domínio espanhol e exigiram alguma participação política. Assim, se nos discursos da CNMMYLH a nação foi concebida exaltando-se o seu passado comum, determinados fatos e personagens desse passado receberam maior destaque nas ações do organismo. Avaliando o trabalho da *Comisión* em seus primeiros anos de funcionamento, constatamos que a maioria de suas atividades privilegiou fatos ora relacionados à independência do país, ora referentes à consolidação da república argentina, no momento posterior ao governo de Juan Manuel de Rosas.

Em discurso da CNMMYLH, desta vez durante a colocação da placa comemorativa no local onde se situava a casa doada a San Martín pelo governo argentino, Bartolomé Gallo expressou que

*Es éste un auspicioso acontecimiento, con el cual la Comisión inicia el jalonamiento del glorioso pasado histórico del país, materializando los lugares en que acaecieron los hechos más salientes, e muchos de los cuales la sangre de sus hijos hubo de derramarse, para transformar en realidad, la aspiración de libertad declarada en mayo de 1810 (CNMMYLH, 1941, p. 357).*

Como vemos, embora se trate de um ato para honrar a figura de San Martín, o representante da *Comisión* assinala a necessidade de se valorizarem os lugares e homens vinculados com o processo de independência do país. Muitas outras ações do organismo remetem a fatos ou personagens deste período, como a reprodução de retratos dos homens da chamada revolução de maio e da independência para serem distribuídos nas escolas, entre eles, San Martín, Moreno, Rivadavia e Belgrano; reconstrução da Casa da Independência em Tucumán; restauração do Cabildo e demais atos solenes no edifício histórico; criação do *Museo del Cabildo y de la Revolución de Mayo*; transformação da casa de San Martín em

Boulogne-sur-Mer, França, em museu (entre muitos outros atos de homenagem a San Martín); declaratórias de Lugar Histórico onde ocorreram batalhas pela independência do país; colocação de placas comemorativas onde se localizavam as casas de San Martín, de Mariano Moreno, de Belgrano, na Plaza de Mayo; entre tantas outras.

Na leitura das diversas atividades realizadas pela *Comisión*, foi possível verificar que, ano a ano, atos e homenagens eram destinados aos mesmos fatos e personagens históricos, repetição que evidencia o interesse em fixar uma determinada versão do passado nacional. Em fala de Levene de julho de 1940, aqui já referenciada, encontramos que

*El Congreso de Tucumán [fue] la institución que señaló un rumbo político al Continente, dando vida con acendrado amor a la Independencia, dictando una Constitución Nacional y rechazando para siempre los planes veleidosos de cualquiera forma de gobierno que no fuera republicana. Esto es la lección breve y elocuente – una página de historia argentina eterna – que enseñaron con su ejemplo los hombres de la generación revolucionaria en San Miguel de Tucumán de 1816 bajo la garantía de sus vidas, haberes y fama como proclama gravemente el acta de la Independencia, en muestra de valor y decisión irrevocables (CNMMYLH, 1941, p. 340).*

Neste extrato do discurso, o presidente da CNMMYLH enfatiza a importância do Congresso de Tucumán, realizado em 1816, ao promulgar a Constituição nacional e, assim, “indicar um rumo político para o continente”. Tal fato era uma lição a ser apreendida e lembrada, “uma página de história eterna” (trecho que justifica nosso título), já que representava a libertação do país. Além disso, Levene apresenta a república argentina como aquela que contribuiu com a independência dos demais países latino-americanos do jugo espanhol, colocando-a como um exemplo a ser seguido. Seu discurso, neste sentido, pode ser compreendido como uma “narrativa da nação” (Hall, 2006), capaz de fornecer cenários, eventos históricos ou símbolos nacionais com o intuito de conferir sentido e definir a identidade argentina.

Semelhantes atividades da *Comisión* privilegiaram o período da consolidação da república no país. A prática da colocação de placas comemorativas em lugares históricos ou em casas onde viveram importantes personagens da história nacional também incluiu os nomes de Mitre, Sarmiento e Avellaneda, “líder com quem o país alcançou sua plenitude” (CNMMYLH, 1941, p. 373, tradução minha<sup>5</sup>).

<sup>5</sup> Quando se trata de excertos retirados dos boletins da CNMMYLH, todas as traduções são minhas.

Uma placa comemorativa foi instalada no lugar histórico onde ocorreu a batalha de Caseros, sendo esta considerada pela CNMMyLH como “a batalha pelos ideais de maio contra a tirania de Rosas” (CNMMyLH, 1942, p. 27). Por ocasião deste ato, a instituição também resolveu que a declaração de lugares históricos deveria ser dada apenas a sítios de guerra da independência ou de guerras contra outros países, mas não para guerras civis, com exceção da batalha de Caseros.

Sarmiento – assim como ocorre com San Martín – foi uma das figuras mais lembradas nas ações da *Comisión*, havendo um grande empenho para a criação do *Museo Histórico Sarmiento*, na capital federal, já no primeiro ano de trabalho do organismo. É interessante notar que este foi instituído na casa do Congresso de 1880, símbolo da consolidação da Argentina moderna. Nele também foi montada a *Sala Nicolás Avellaneda*, criada para dar ao Museu “o significado de uma evocação da época da organização nacional”, já que foi durante o governo de Avellaneda que o Congresso decretou a lei que declarou Buenos Aires como a capital da República (CNMMyLH, 1939, p. 71). A CNMMyLH passou a celebrar atos de homenagem ao patrono do *Museo Histórico Sarmiento* todos os anos. A casa de nascimento do prócer, em Tucumán, igualmente foi preparada para funcionar como o *Museo Casa de Sarmiento* (CNMMyLH, 1939, p. 196).

Outras homenagens dedicadas a Mitre, a Urquiza e a Sarmiento foram realizadas, ocorrendo sempre nas datas de nascimento ou de morte dos próceres e com o pronunciamento de um representante da *Comisión*. Em 1941, por ocasião de cumprir-se o 120º aniversário de Mitre, foi colocada uma placa comemorativa na casa onde viveu e morreu o general. Durante a cerimônia, estiveram presentes autoridades, membros da CN e da ANH, integrantes do exército, entre outros. Após a execução do Hino Nacional pela banda da polícia, Ramón Cárcano falou da necessidade de consolidar o sistema democrático pelos ditados da experiência, seguindo os procedimentos legais que a Constituição prescreve. Em seu discurso, valorizou a democracia e a vida constitucional do país, então com 90 anos, devendo servir de escola, sem a necessidade de

buscar receitas em outra origem ou meio. Além de homenagear Mitre, Cárcano referiu-se a fatos que precederam o seu governo, como é o caso da batalha de Caseros e da promulgação da nova Constituição, em 1853:

*Caseros fue también una batalla educadora. Después de aquella victoria, la Argentina es refractaria a la dictadura. Podría aparecer como un episodio de formación, pero es difícil fundar por ella misma un estado permanente. En Caseros reconquistamos la libertad, y en la convención de Santa Fe entramos en el orden jurídico, y desde entonces el perfeccionamiento de las instituciones puede adquirirse en orden y libertad [...]* (CNMMyLH, 1942, p. 454).

Como vemos, a vitória sobre Rosas, em Caseros, a nova constituição promulgada em 1853, o governo dos presidentes dessa década em diante e a consolidação da República Argentina com Buenos Aires declarada capital configuram esse segundo conjunto de imagens do passado privilegiado pela CNMMyLH. Sem dúvida, a evocação destes fatos marca um interesse em fixar uma versão do passado em que a Argentina seja lembrada pela sua unidade nacional, mas também em fazer-se esquecer a fase de Rosas, por muito tempo considerada “anárquica” pela historiografia tradicional. O período do caudilhismo foi muito criticado pelos historiadores do século XIX porque, para eles, as posturas segregacionistas dos líderes provinciais impediam a Argentina de seguir o seu destino já traçado na época da independência, o de ser uma nação unida, sendo que essa preexistiria aos estados provinciais<sup>6</sup> (Buchbinder, 1994).

Com o movimento revisionista surgido em fins dos anos 1920, novas figuras foram incorporadas ao panteão dos heróis nacionais e Juan Manuel de Rosas começou a ser requerido (Buchbinder, 1994). Ravignani foi um dos principais historiadores que estava em sintonia com os debates em torno do sistema político argentino e sobre a viabilidade do federalismo, afrontando o estudo das origens históricas da Constituição de 1853. Em suas obras, afirmava que o Pacto Federal de 1831 já consumava a etapa formativa do federalismo argentino, uma vez que os acordos posteriores apenas confirmaram o seu conteúdo. Assim,

<sup>6</sup> Como assinalou Buchbinder (1994), essa visão surge em finais do século XIX, quando se buscava justificar a existência das novas nações-estados que se consolidavam nas últimas décadas do oitocentos. Na Argentina, as obras de Bartolomé Mitre e Vicente Fidel López cumpriram um papel central na criação de uma imagem de “nação preexistente”. Para ambos os historiadores, a Nação argentina já se encontraria pré-configurada desde os tempos coloniais e haveria também um desenvolvimento gradual da ideia da independência do povo argentino. Mesmo com a renovação historiográfica proposta pela NEH, a ideia de preexistência da nação argentina não sofreu grandes questionamentos e constituía um importante argumento nos debates e análises políticas vinculados aos problemas do federalismo e da intervenção do poder central nas províncias: se a Argentina já estava predisposta a ser uma nação antes mesmo da independência, este fator justificava a integração nacional e o direito de intervenção federal (Buchbinder, 1994, p. 32). Somente na década de 1980 a historiografia argentina começou a explorar com certa insistência o problema das origens da nação, sendo a obra de Chiaramonte a primeira a questionar o princípio de que existia uma nação pré-configurada no atual território argentino desde tempos vice-reinais. O autor sustenta que, se existiam fatores de união entre os estados rio-platenses, esses não eram suficientes para conformar uma nação. Não havia uma nação argentina na primeira metade do século XIX, assim como inexistia uma classe dirigente a nível nacional, mas apenas de alcance local. Segundo Chiaramonte, a província era a unidade sociopolítica de maior vigência no período e onde se desenvolvia o essencial dos fenômenos econômicos, sociais e políticos da época. São as cidades-províncias as protagonistas das primeiras etapas da vida independente, havendo entre elas apenas vínculos comerciais. Para maiores detalhes sobre o “mito das origens” da nação argentina, conferir: Chiaramonte (1993, 1997, 2004).

*Ravignani resignificaba la etapa considerada “anárquica” y el rol de los caudillos en la medida en que durante aquella y por acción de éstos tuvo lugar el surgimiento de la entidad provincial al tiempo que tomaba consistencia la idea de unidad nacional; ello fue posible gracias a ese régimen de pactos que permitió articular las nociones de nación y federalismo (Pagano e Devoto, 2009, p. 167-168).*

Diferentemente do papel segregacionista atribuído aos caudilhos pela historiografia anterior, Ravignani os restituiu positivamente na constituição da nação ao mostrar que eles também ajudaram a projetar a unidade nacional. Embora essas novas interpretações sobre os caudilhos começassem a surgir, foi possível notar que na concepção da CNMMYLH ainda imperava a visão mais tradicional.

Pagano e Devoto (2009), ao analisarem as obras, temas e perspectivas de interpretação do passado nacional desenvolvidas pelos historiadores da NEH e seus discípulos ao final da década de 1920, corroboram a hipótese que levantamos sobre as imagens do passado privilegiadas pela *Comisión* em suas atividades. Os autores consideram que, em síntese, é possível perceber dois núcleos de onde foi narrada a história argentina: um com foco na “Revolução de Maio” e outro em torno da estruturação do Estado federal. Como já dissemos, boa parte dos representantes da CNMMYLH, nomeados pelo Ministério da Instrução Pública em 1938, advinham da chamada *Nueva Escuela Histórica*; deste modo não surpreende o fato de que suas ações estivessem pautadas pela mesma interpretação do passado nacional.

Considerando estas escolhas da *Comisión* – de valorização do período da independência argentina e da consolidação do Estado nacional –, somos levados a afirmar, junto com Cattaruzza (2007), que todas as suas ações e discursos devem ser compreendidos como parte de “um processo de construção de interpretações do passado e de esforços por fazê-las triunfar” (2007, p. 18, tradução nossa). Tal empenho partia tanto desse grupo de intelectuais, que se formou na ocasião do centenário da independência, quanto do Estado que financiava as ações da *Comisión* e também de outras instituições como a *Junta-Academia Nacional de la Historia* (Girbal de Blacha, 1995).

Podgorny (2004, p. 149) observa que a própria transformação da JHNA em *Academia* configura a prática da história como uma política nacional. Conforme a autora, o apoio estatal para as diferentes iniciativas de institucionalização da história, como a criação de museus e institutos, respondeu não tanto a uma articulação entre saberes e a administração do Estado, mas justamente às alianças estabelecidas entre alguns políticos e acadêmicos, como Levene e Ravignani. Pagano e Galante (2006) nos recordam que tanto o Estado quanto a corporação dos historiadores necessitavam de um discurso legitimador que dificilmente procederia do Revisionismo ou do *Instituto de Investigaciones Históricas*<sup>7</sup>. Assim, na tarefa de “criar cidadãos e patriotas” assumida pelo Estado, a pesquisa histórica, o ensino de história nas escolas e sua evocação pela via do ritual patriótico tinham um papel importante e se transformavam em elementos do processo de nacionalização de massas (Cattaruzza, 2007).

Hobsbawm (1988), Hall (2006) e Anderson (1993) mostraram que, com a formação das nações e dos nacionalismos, padrões de alfabetização universais passaram a ser organizados, uma língua única que permitisse a comunicação entre os dominantes e o restante da nação foi instituída, assim como se priorizou o estabelecimento de práticas culturais comuns. Além disso, ao “fazer” a nação, o Estado precisou alcançar os cidadãos, fosse por meio de escolas, de policiais, correios ou pelas estradas de ferro (Hobsbawm, 1988). A instituição do patrimônio histórico nacional na Argentina, a nosso ver, deve ser compreendida nesse marco de divulgação da história como elemento de nacionalização. Daí que nas falas dos membros da CNMMYLH seja frequente o uso de expressões como “sentimiento patriótico y amor a la tradición”<sup>8</sup>, “difusión de la historia patria”<sup>9</sup> e a compreensão do patrimônio como uma maneira de formar a “personalidad moral de un pueblo”<sup>10</sup>. De modo semelhante, Poulot (2009, p. 25) observa que já na França do século XVIII percebeu-se a eficácia que orienta a ideia de patrimônio ou de herança, considerada como “o meio de dissipar a ignorância, aperfeiçoar as artes, além de despertar o espírito público e o amor pela pátria”.

Em discurso durante a colocação da primeira placa comemorativa em solares históricos, onde se encontrava a casa doada a San Martín pelo governo argentino, Bartolomé Gallo assim se manifestou:

<sup>7</sup> O Revisionismo Histórico, em geral, se colocava como contestatório ao governo surgido com o golpe de 1930. Já o *Instituto de Investigaciones Históricas*, sediado na Faculdade de Filosofia e Letras da UBA, era dirigido por Emilio Ravignani, de conhecida militância radical. Cf. Pagano e Galante (2006).

<sup>8</sup> Palavras do membro da CNMMYLH, Emilio Ravignani, quando se referiu às suas andanças pela cidade de Rosario. Ravignani alertou que a massa geral da população rosarina dos bairros pobres estava ‘contaminada’ com ideias exóticas “como las ideas comunistas, y necesitaba que se le infundiera sentimiento patriótico y amor a la tradición por lo que consideraba muy oportuna la fundación del Museo Histórico en Rosario” (CNMMYLH, 1940, p. 436). Acreditava, por isso, que a *Comisión* devia participar da inauguração desse museu e “ir ao povo para realizar sua missão didática e patriótica, como faz o *Museo de Luján* sob a direção do senhor Udaondo”.

<sup>9</sup> Na leitura do projeto de lei de conservação e custódia de Museus e Lugares Históricos e de criação da CNMMYLH, Levene insistiu no aspecto cultural desta proposta, capaz de difundir a história pátria, proteção de patronatos ou sociedades populares e da futura organização do *Museo Pedagógico* para promover ilustrações aos institutos de ensino (CNMMYLH, 1939, p. 190).

<sup>10</sup> Conforme Ricardo Levene (CNMMYLH, 1939, p. 11).



*Aquí ha ocurrido lo que generalmente pasa a los pueblos jóvenes; la conservación de los vestigios del pasado no había suscitado en los poderes públicos mayores preocupaciones, ya que la forma en que la nación se ha ido constituyendo, hizo que los problemas materiales del presente aparecieron como más poderosos que los espirituales del pasado, que tanto contribuyeron a nuestra completa emancipación política. Un verdadero aquilataamiento de nuestras fuerzas morales nos dio al fin la exacta sensación de nuestro valor intelectual, haciéndonos pensar en el pasado, y fue el actual Poder Ejecutivo quien reconoció la particular e imprescindible necesidad de dar al pueblo el alimento espiritual que a cada instante encontramos en nuestra breve historia, que es una de las más gloriosas (CNMMYLH, 1941, p. 358).*

Além de fazer menção ao apoio recebido do Estado para a criação da CNMMYLH, Gallo também demonstra preocupação em ensinar ao povo a história de suas “glórias”. Em sua fala, o representante da *Comisión* justifica a tardia preservação do patrimônio histórico e artístico nacional no país por ser a Argentina um país ainda jovem, em construção, mas que finalmente compreendia a necessidade de se valorizar os feitos passados, divulgando a história a partir de seus vestígios (patrimônio material). A construção da nação e das identidades nacionais, conforme Thiesse (2001–2002), consiste justamente em inventariar o patrimônio comum através de um gigantesco trabalho pedagógico para que, cada vez mais, a população conheça essas referências e nelas se reconheça.

A narrativa apresentada pela *Comisión* em suas diferentes atividades, assim, parece ter atendido às necessidades de construção da nação. Ao longo deste texto, buscamos evidenciar que os homens do centenário da independência na Argentina estavam dispostos a reelaborar o relato nacional, cuja narrativa ajudasse a construir a ideia de uma nação coesa e integradora. O papel das províncias e de seus representantes (indígenas, gaúchos) precisava ser valorizado na formação do Estado nacional e os “partidismos” superados. Foi nesta perspectiva que intelectuais e historiadores atuaram em favor da unidade nacional, ora trabalhando como pesquisadores e professores nos meios universitários, ora divulgando a história “nacional” através das mais variadas atividades desenvolvidas em instituições como a *Junta-Academia de la Historia* e a CNMMYLH. Suas ações podem ser entendidas como parte de um projeto nacionalista, especialmente se compreendemos o “nacionalismo” como um princípio que sustenta a unidade política e nacional (Hobsbawm, 1990). Ao privilegiar fatos relacionados à independência do país ou referentes à consolidação da república argentina, a CNMMYLH contribuiu para a divulgação de determinados acontecimentos

do passado que se desejava “nacional”, porém silenciando outros que não atendiam aos interesses desse relato. Tais momentos pretéritos, portanto, foram cuidadosamente escolhidos por representarem a nação em suas vitórias e em toda a sua unidade, garantindo uma identificação com a pátria.

## Referências

- ANDERSON, B. 1993. *Comunidades imaginadas: Reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo*. México, FCE, 320 p.
- BUCHBINDER, P. 1994. La historiografía rioplatense y el problema de los orígenes de la nación. *Cuadernos del CLAEH*, 2da serie, 19(69).
- BLASCO, M.E. 2007. Los museos históricos en la Argentina entre 1889 y 1943. In: XI Jornadas Interescuelas, Tucumán, 2007, *Ponencias...* Tucumán. Disponível em: <http://historiapolitica.com/datos/biblioteca/blasco1.pdf>. Acesso em: 27/08/2014.
- CATTARUZZA, A. 2007. *Los usos del pasado: la historia y la política argentinas en discusión, 1910–1945*. Buenos Aires, Sudamericana, 207 p.
- CHIARAMONTE, J.C. 1993. El problema de los orígenes de los estados hispanoamericanos en la historiografía reciente y el caso del Río de la Plata. *Años 90*, 1(1):49–83.
- CHIARAMONTE, J.C. 1997. *Ciudades, provincias, Estados: Orígenes de la Nación Argentina (1800–1846)*. Buenos Aires, Compañía Editora Espasa Calpe Argentina.
- CHIARAMONTE, J.C. 2004. *Nación y Estado en Iberoamérica: El lenguaje político en tiempos de las independencias*. Buenos Aires, Editorial Sudamericana.
- COMISIÓN NACIONAL DE MUSEOS Y DE MONUMENTOS Y LUGARES HISTÓRICOS (CNMMYLH). 1939. *Boletín de la Comisión Nacional de Museos y de Monumentos y Lugares Históricos*. Buenos Aires, n. 1.
- COMISIÓN NACIONAL DE MUSEOS Y DE MONUMENTOS Y LUGARES HISTÓRICOS (CNMMYLH). 1940. *Boletín de la Comisión Nacional de Museos y de Monumentos y Lugares Históricos*. Buenos Aires, n. 2.
- COMISIÓN NACIONAL DE MUSEOS Y DE MONUMENTOS Y LUGARES HISTÓRICOS (CNMMYLH). 1941. *Boletín de la Comisión Nacional de Museos y de Monumentos y Lugares Históricos*. Buenos Aires, n. 3.
- COMISIÓN NACIONAL DE MUSEOS Y DE MONUMENTOS Y LUGARES HISTÓRICOS (CNMMYLH). 1942. *Boletín de la Comisión Nacional de Museos y de Monumentos y Lugares Históricos*. Buenos Aires, n. 4.
- HALL, S. 2006. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro, DP&A, 104 p.
- HOBSBAWM, E.J. 1988. Bandeiras desfraldadas: nações e nacionalismo. In: E. J. HOBSBAWM, *A Era dos Impérios, 1875–1914*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, p. 203–232.
- HOBSBAWM, E.J. 1990. *Nações e nacionalismos desde 1780: Programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 230 p.
- GIRBAL DE BLACHA, N. 1995. Renovación y proyección nacional e internacional de la Junta: Ricardo Levene (1927–1931/1934–1938) y la gestión Ramón J. Cárcano y Carlos Correa Luna (1931–1934). In: *La Junta de Historia y Numismática Americana y el movimiento historiográfico en la Argentina (1893–1938)*. Buenos Aires, Academia Nacional de la Historia, p. 123–167.

- PAGANO, N.; GALANTE, M.A. 2006. La Nueva Escuela Histórica: una aproximación institucional: Del centenario a la década del 40. In: F. DEVOTO (comp.), *La historiografía argentina en siglo XX*. Buenos Aires, CEAL, p. 45-78.
- PAGANO, N.; DEVOTO, F. 2009. *Historia de la historiografía argentina*. Buenos Aires, Sudamericana, 475 p.
- PODGORNY, I. 2004. Tocar para crear: la arqueología en la Argentina, 1910-1940. *Anales del Museo de América*, **12**:147-182.
- POULOT, D. 2009. *Uma história do patrimônio no Ocidente*. São Paulo, Estação Liberdade, 239 p.
- RENAN, E. 2000 [1882]. ¿Qué es una nación? In: A. FERNÁNDEZ BRAVO (comp.), *La invención de la nación: Lecturas de la identidad de Herder a Homi Bhabha*. Buenos Aires, Manantial, p. 53-66.
- SANTOS, F.M. 2011. História, biografia e nação na Argentina no início do século XX: Sarmiento lido por Ricardo Rojas. *História da Historiografia*, **7**:116-133.
- THIESSE, A.M. 2001-2002. Ficções criadoras: as identidades nacionais. *Anos 90*, **9**(15):7-23.
- Submetido: 25/01/2015  
Aceito: 15/06/2015